



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Timor-Leste: Reflexão sobre os caminhos da paz e prosperidade

Intervenção de

S. E. o Presidente da República

Premio Nobel de Paz

Dr. José Ramos-Horta

no Parlamento Nacional

DÍLI, 17 MARÇO DE 2009

SOU OPTIMISTA, MAS CONHEÇO BEM OS DESAFIOS QUE TEMOS DE ENFRENTAR.

O MUNDO VIVE UMA CRISE MUNDIAL E TEMOS DE ESTAR PREPARADOS

PARA A ENFRENTAR COM ÊXITO, EM TIMOR-LESTE.

REITERO O MEU APELO EM FAVOR DE UM ACORDO, INCLUINDO

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, A MAIORIA E A OPOSIÇÃO,

PARA CONSTRUIR CONSENSOS EM TODAS AS QUESTÕES DE INTERESSE NACIONAL,

CONSOLIDAR A ESTABILIDADE E CRIAR AS CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO

Senhor Presidente do Parlamento Nacional,
Senhor Primeiro-Ministro,
Senhora Presidente em exercício do Tribunal de Recurso,
Senhores Deputados,
Senhores Membros do Governo,
Senhor Representante Especial do Secretário-Geral da ONU,
Senhores Membros do Corpo Diplomático e Consular.
Autoridades Cívicas e Religiosas
Excelências.

Bem amado Povo de Timor-Leste,

Vivemos uma fase nova e positiva da evolução da nossa Nação e os representantes eleitos do Povo devem assumir uma participação importante na criação de condições políticas para o desenvolvimento do país nesta nova fase. Por isso, renovo a todos os meus votos de bom trabalho.

Ao longo dos últimos meses, encontrei-me com líderes mundiais e com presidentes e chefes de governo de países amigos. Foram oportunidades importantes para dar a todos, em primeira mão, a minha apreciação sobre a nova situação de Timor-Leste, sobre as novas condições de estabilidade e paz que alcançámos, condições que nos permitem dar um novo impulso para o Desenvolvimento.

Como sabem, em Janeiro desloquei-me em visita de Estado à Tailândia, visita oficial às Filipinas e de trabalho à Malásia. Em Agosto de 2008 eu tinha feito uma visita de Estado às Filipinas. Em Junho de 2007, logo após a minha eleição, fiz uma visita de Estado a Indonésia.

A minha visita à Tailândia, Filipinas e Malásia foi em parte patrocinada pela *Internacional Peace Foundation*, de Viena, que me convidou a proferir palestras em várias universidades sob o tema “Is Real Peace an Attainable Dream?”.

Nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2008, tinha viagens programadas para o México, França, Polónia, Mónaco, Hong-Kong, mas anulei-as.

Acabo de regressar de uma visita de Estado à Nova Zelândia e de trabalho aos EUA. Foi uma viagem muito produtiva, durante a qual tive encontros com o Senhor Secretário-geral da ONU e com todos os membros do Conselho de Segurança. Discursi perante o Conselho de Segurança no dia 19 de Fevereiro e no dia 25/2 este órgão prorrogou por mais um ano a missão da UNMIT.

O Senhor Secretário-geral Ban Ki Moon foi de extrema amabilidade ao participar no jantar de trabalho, oferecido pelo Senhor Embaixador do Japão, no dia 18/2, e no almoço que eu próprio ofereci no dia 19. O Senhor Ban Ki Moon honrou-me igualmente com a sua participação pessoal na reunião do Conselho de Segurança, revelando o seu total compromisso para com Timor-Leste.

No dia 23 de Fevereiro desloquei-me a Boston, onde proferi uma palestra na *Fletcher School of Law and Diplomacy* da Universidade de Tufts.

De 24 a 26 de Fevereiro estive em visita de trabalho a Washington.

Antes da minha visita de Estado à Nova Zelândia, tinha programada uma visita de Estado à Austrália. Esta visita foi adiada, por proposta minha, tendo em consideração que as autoridades

e o povo australiano estavam profundamente preocupados e abalados pelos incêndios que, na altura, dizimaram mais de duas centenas de vidas e milhares de habitações no Estado de Victoria.

Uma vez mais, expresso aqui ao povo amigo e às autoridades da Austrália a nossa amizade e as nossas condolências, em particular, aos familiares das vítimas desta tragédia.

Antes de reflectir convosco sobre o tema que aqui proponho, quero dar-vos conta com mais pormenor da minha visita à Nova Zelândia e aos Estados Unidos da América.

Como sabem a Nova Zelândia é um país de pequenas dimensões demográficas e territoriais, com 4 milhões de habitantes. Apesar dos seus recursos humanos e económicos limitados, a Nova Zelândia tem revelado generosidade e solidariedade exemplares em relação ao nosso país assim como em relação a outros países da região do Pacífico Sul.

Durante a minha estadia na Nova Zelândia fui recebido pelos Senhores Governador-Geral, Primeiro-Ministro, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro da Defesa e da Polícia e fui convidado a proferir uma palestra académica.

Agradeço a calorosa hospitalidade das autoridades da Nova Zelândia.

A caminho de Nova Iorque, fiz uma escala de meio-dia em Los Angeles, onde fui calorosamente acolhido por várias dezenas de actrizes e actores, realizadores e produtores de cinema e por dezenas de crianças de cinco escolas de Hollywood reunidos todos em casa da actriz Ann Archer.

Tive a oportunidade de falar para os nossos amigos de Hollywood sobre a realidade vivida no nosso país. Propus ao Senhor Ministro de Negócios Estrangeiros a abertura de um Consulado-Geral Honorário em Los Angeles, havendo já um candidato para o lugar, que será valioso para mobilizar relações comerciais, turismo, e relações artísticas e culturais entre Los Angeles e Timor-Leste.

Em Washington, tive reuniões de trabalho com a Senhora Secretária de Estado Hillary Clinton, o Almirante Denis Blair, actual chefe da Agência de Inteligência, a Sub-secretária de Defesa, e muitos membros do Senado e Câmara de Representantes, incluindo a *Speaker* da Câmara dos Representantes, Sra. Nancy Pelosi.

Proferi também uma palestra no *Center for Strategic and International Studies* da Universidade Georgetown.

Considero a minha deslocação à Nova Zelândia, a Los Angeles, Nova Iorque, Boston e Washington extremamente positiva, no plano político-diplomático e no plano pessoal. Faço referência à dimensão pessoal porque, também nas relações entre Estados, não devemos subestimar a importância da dimensão humana, nas relações entre povos e nas relações que cada um de nós deve procurar sempre cultivar e enriquecer ao longo das nossas vidas.

Aqueles que governam países, que são responsáveis pela condução do destino dos seus países, devem procurar conhecer-se mutuamente. Muitas tensões, conflitos diplomáticos, políticos e mesmo guerras poderiam ser evitados se políticos e líderes se conhecessem melhor e falassem entre si.

Excelências.

O mundo atravessa hoje uma crise económico-financeira sem precedentes, muitas vezes maior que a crise financeira de 1996-97, que arruinou a economia de muitos países da nossa região e que, na Indonésia, teve um efeito colateral positivo com a queda do regime de Suharto. Mas, então, as economias da região rapidamente estabilizaram e entraram num novo ciclo de crescimento e prosperidade.

A actual crise parte dos EUA, o grande super-mercado mundial para onde muitos países do mundo exportavam os seus produtos.

A crise que o mundo atravessa tem origem na gestão irresponsável e na ganância de banqueiros e outros líderes do mundo dos negócios nos países desenvolvidos, em primeiro lugar, nos Estados Unidos.

As consequências negativas dessa ganância e dessa irresponsabilidade estão agora a sentir-se na nossa região, como no resto do mundo, porque a redução drástica de consumo nos EUA e na Europa prejudica as economias exportadoras da Ásia.

Há enfraquecimento do crescimento económico da China, Índia e de outros países que costumavam ter taxas de crescimento elevadas. Milhões de pessoas estão a perder os empregos e há o risco de as dificuldades sociais gerarem instabilidade em muitos países, tornando pior uma situação má.

Os grandes desafios também trazem consigo oportunidades novas. O colapso financeiro nos Estados Unidos e na Europa pode ser uma oportunidade para o presidente Barack Obama alargar o já obsoleto G7 e trabalhar com uma comunidade de parceiros mais representativa do mundo de hoje, incluindo a China, Índia, Indonésia, o Brasil, a África do Sul e Arábia Saudita.

Ao mesmo tempo que os Estados Unidos, a Europa e o Japão despendem centenas e centenas de biliões de dólares para tentarem salvar bancos, que a má gestão levou à ruína, os pobres do mundo são *cada vez mais* esquecidos. No entanto, legiões de pobres que sofrem grandes privações, agravadas pelo efeito da crise mundial, podem constituir ameaça maior do que o pequeno bando de extremistas que opera no Paquistão, no Iraque, no Afeganistão.

Em nome dos pobres, apelo aos países ricos para, por cada dólar que entregam a bancos e a construtores de automóveis, darem 10 cêntimos, pelo menos, para aliviar a pobreza nos países da Ásia, África e América Latina mais afectados em resultado da crise.

O mundo actual enfrenta desafios globais novos que pedem respostas novas, baseadas em parcerias e não em velhas estratégias de confronto, próprias do tempo da Guerra Fria.

Na Ásia, os Estados Unidos devem procurar desenvolver parcerias estratégicas *com a Índia e a China* e procurarem activamente iniciativas para limitar numa primeira fase e depois eliminar o armamento nuclear na nossa região.

A Ásia é a região com mais potências nucleares e, por isso, a região do mundo mais perigosa. Conhecemos o peso histórico da desconfiança, das rivalidades e os conflitos fronteiriços que estão em aberto e são intensamente sentidos – da Índia ao Paquistão, à China, à Coreia do Norte, para não falar de outros países com capacidade para desenvolver armas nucleares, se quiserem.

Alguns líderes asiáticos parecem ver nas armas nucleares símbolos de estatuto, instrumentos para dar aos seus países o estatuto de potência regional ou global. Mas alguns parecem não ver as lições que mostram o contrário: a lição da defunta União Soviética, que não foi capaz de evitar a sua própria implosão como Estado, apesar dos enormes arsenais nuclear e convencional que tinha; ou como a Índia e o Paquistão não conseguem resolver as sublevações e outras ameaças internas que enfrentam, não obstante as suas armas nucleares.

Os Estados Unidos elegeram uma nova liderança política, sob o signo da mudança. Só o presidente John Kennedy despertou em todo o mundo tantas esperanças como as que agora desperta o presidente Barack Obama. Isso deve-se, em parte, à sua eloquência e, em parte, a ser um afro-americano que simboliza a possibilidade real de mudança, num mundo marcado pela descrença e o desespero.

Que um negro, filho de um continente marcado pela escravatura, seja eleito presidente do país mais poderoso do mundo é visto em todo o mundo como razão de esperança e de uma nova confiança.

É uma grande responsabilidade, aquela que cai nos ombros do Presidente Barack Obama, de estar à altura desta expectativa, de não desiludir a esperança e as promessas da sua eleição.

Senhoras e senhores deputados.

Excelências.

Como afirmei, os desafios trazem consigo novas oportunidades e, para Timor-Leste, os efeitos da actual crise internacional podem não ser todos negativos.

A descida do preço do petróleo reduz as nossas receitas, mas a crise financeira internacional também provoca a descida de preço de muitos produtos que nós importamos. Por isso, a nossa factura anual de importações poderá ser muito reduzida se o governo for rigoroso na gestão dos dinheiros públicos.

Por outro lado, a crise internacional surge num momento em que a nossa sociedade recuperou a paz e a estabilidade. A estabilidade é uma condição importante para darmos um grande impulso ao nosso desenvolvimento económico e social.

Senhoras e senhores Deputados.

Excelências.

O novo ano legislativo tem condições para ser rico quanto aos debates, no parlamento e na sociedade, sobre as nossas prioridades e o nosso futuro. Eu deixo-vos aqui um apelo: é importante que o debate político seja aprofundado e que seja um instrumento para criar consensos e unir o país à roda dos grandes desafios que temos perante nós.

O nosso primeiro grande desafio é a consolidação da Paz e a redução da pobreza.

Timor-Leste está longe dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, estabelecidos pelas Nações Unidas e que tanto interessam ao nosso país, onde metade da população vive abaixo da linha de pobreza, isto é, com menos de 88 cêntimos por dia.

Desde o início do meu mandato, tenho a luta contra a pobreza como a minha primeira prioridade, fiel ao lema de toda a minha vida – libertar o povo, contribuir para lhe proporcionar as condições de uma vida melhor.

Eu, como toda a nossa liderança, trabalhei uma vida inteira para alcançar o nosso objectivo: os nossos sonhos e compromissos eram os mesmos, libertar o povo, dar-lhe a paz e tranquilidade, libertá-lo do subdesenvolvimento e da pobreza que humilhava e matava.

Libertamo-nos em 1999 e restauramos a soberania nacional em 2002. Passados seis anos, repito aqui, perante vós, a pergunta que faço a mim mesmo muitas vezes: que benefícios trouxe a independência ao nosso povo? Que vantagem trouxe a independência, sobretudo aos mais pobres?

Se as razões e objectivos da nossa luta foram dar ao povo a paz nas ruas, tranquilidade nos lares e nas escolas, a liberdade nos campos, o bem-estar para todos, comida para os pobres, livros e educação para as crianças, saúde para os enfermos, temos de reconhecer com honestidade que, nestes seis anos, ainda não pudemos realizar aqueles objectivos, aquela missão sagrada, e corresponder às expectativas muito modestas do povo sofredor, humilde, paciente.

A crise de 2006 veio interromper alguns progressos modestos que então se registavam. A nossa economia em 2005-06 estava em franca recuperação. Depois do crescimento negativo de 2002-

03 e do crescimento muito modesto em 2004-5, previa-se que a nossa economia registaria um crescimento de 7% em 2006. Mas em vez do crescimento, tivemos violência, instabilidade e contracção económica.

No entanto, no momento em que vos falo, a crise foi ultrapassada. Hoje estamos de novo em paz. A confiança começa a regressar ao coração do povo e de muitos empresários.

A cidade de Díli está mais animada do que nunca. Vemos muito mais actividade económica e iniciativas comerciais, sociais, culturais, desportivas, do que em 2005. Vemos mais investimento na Agricultura com muito maior apoio directo, visível, ao agricultor através de fornecimento de tractores, tractores de mão, búfalos, sementes. O Estado está a adquirir produtos não perecíveis aos agricultores, incentivando assim um sector tão vital para a nossa economia e a subsistência de milhares de famílias timorenses.

As nossas avós e mães pobres, os nossos pais e avós pobres estão a receber uma modesta ajuda do Estado. Esta ajuda é muito modesta. Mas já é algo e eles agradecem. Agradecem o muito pouco que nós lhes damos. Os veteranos esta a ser assistidos. As crianças estão a ter uma refeição por dia em cada escola deste país.

A produção do café em 2008 foi boa e o preço do café no mercado internacional subiu, beneficiando as 30 mil famílias que, no nosso país, vivem da produção e exportação do café.

Hoje a nossa Nação atravessa um momento bom e devemos aproveitar este momento bom para avançar no nosso projecto de Desenvolvimento. Principalmente, hoje temos condições financeiras melhores do que tivemos em qualquer ano desde a independência e devemos garantir que os orçamentos do Estado apoiam políticas fundamentais para melhorar a vida dos pobres e desenvolver o país.

Por outro lado, é necessário que o Orçamento de Estado seja orientado para **investir no nosso desenvolvimento** e na satisfação de necessidades básicas do povo. Reduzir a pobreza e investir no futuro é o maior legado que podemos deixar às novas gerações.

O investimento em infra-estruturas básicas como o acesso à água, ao saneamento básico e à electricidade, a construção de uma rede de estradas melhorada e alargada, e as telecomunicações são investimentos necessários e urgentes que **respondem às necessidades de hoje e correspondem, ao mesmo tempo, ao interesse do desenvolvimento futuro da nossa Nação.**

Todas as decisões sobre o investimento necessário em infra-estruturas afectam o futuro da nossa sociedade por muitos anos e, por isso, devem ser ponderadas de forma séria e devemos construir o consenso mais alargado que for possível, sobre essas decisões.

Na Lei do Orçamento do Estado para 2009, que as senhoras e senhores deputados aprovaram recentemente, por proposta do Governo, considero muito positivo e encorajador o montante destinado ao **capital de desenvolvimento – correspondendo a 30% da despesa total orçamentada.**

Mas o maior projecto proposto foi o projecto que gerou mais controvérsia, o que mostra a necessidade de mais informação e de mais transparência na discussão e na votação de projectos de importância nacional.

Recordo, a propósito, a aquisição realizada em 2008 de dois navios destinados à componente naval das F-FDTL. Tratou-se de um investimento importante, que tem impacto no futuro, e devia ter havido sobre ele mais informação e mais transparência para se gerar um consenso o mais alargado possível.

Tratando-se de investimentos em projectos essenciais ao Desenvolvimento nacional, considero que devemos procurar sempre estabelecer consensos alargados sobre esses projectos essenciais.

Recordo que o Orçamento do Estado para 2009 que este Parlamento Nacional aprovou, além de manter um compromisso claro com o investimento em Educação e Saúde, inclui um aumento importante das verbas totais alocadas para a Agricultura (US\$34 milhões) e as Infra-estruturas (US\$130 milhões). Este aumento é bem-vindo e é muito necessário para melhorar a vida do povo nas áreas rurais e começar a diminuir a pobreza nos Distritos e as desigualdades de Desenvolvimento regional.

Por isso vos disse que considero que o Orçamento do Estado para 2009 tem aspectos muito positivos. Mas se queremos Desenvolver a Nação e transformar Timor-Leste num país moderno, teremos de ir mais longe neste caminho de investir com inteligência no presente, para assegurar o futuro.

Para ter resultados, o investimento necessário terá de manter-se com firmeza e com clareza de objetivos, durante muito tempo – e não se limitar só ao orçamento de um ou dois anos.

Nos próximos 10 anos, o Estado tem de mobilizar fundos para financiar grandes projectos indispensáveis ao Desenvolvimento – como a construção de um novo Aeroporto (custo estimado de US\$700 milhões), um novo Porto (custo estimado de US\$300 milhões) e uma rede de estradas moderna (custo estimado de US\$1 a US\$2 biliões), entre outras infra-estruturas de âmbito nacional, da energia às telecomunicações.

Graças a Deus, a nossa Nação dispõe de uma reserva de cerca de US\$5 mil milhões, que pode e deve ser parcialmente investida no Desenvolvimento das infra-estruturas, na modernização da nossa economia, na melhoria da vida do Povo, nas cidades, nas aldeias, em todo o país.

O investimento necessário é elevado e devemos trabalhar para alargar o consenso sobre como realizar estas obras de grande interesse nacional. Quanto maior a importância dos projectos, mais importante é construir e alargar o CONSENSO NACIONAL sobre eles.

POLÍTICA AMBIENTAL E ENERGÉTICA

O debate sobre o orçamento do Estado para 2009 ficou marcado pelo projecto de construção de uma nova central eléctrica e dos problemas ambientais que pode gerar. Foram referidos os perigos para a Saúde pública, foram invocadas consequências para a Agricultura.

O projecto de construção da nova Central Eléctrica foi o alvo principal das críticas da oposição que apresentou preocupações sérias às quais importa responder. O Presidente da República partilha muitas dessas preocupações, incluindo as que foram manifestadas pela sociedade civil, sobre a tecnologia escolhida, o seu impacto ambiental, os custos envolvidos e as **contrapartidas negociadas com a empresa a quem foi outorgada a obra.**

Ouvi as explicações do Governo e confio totalmente na sua integridade. Sei que as preocupações com o Ambiente guiaram também o Governo nas negociações com a empresa escolhida.

Uma das exigências feitas à referida empresa é a organização de um plano com medidas técnicas para reduzir e prevenir os impactos ambientais negativos.

Neste plano, que é parte integrante do acordo, a empresa compromete-se a respeitar os *Standards* do Banco Mundial e do Protocolo de Kyoto, bem como as leis ambientais em vigor em Timor-Leste.

Felicito o Governo por ter decidido incluir US\$2 milhões para contratar uma equipe de consultores para fazerem a supervisão da obra. Esta equipa terá de ter competências também na área ambiental.

No entanto, com apoio do Governo, decidi chamar uma entidade independente para realizar um estudo sobre o impacto ambiental, incluindo uma análise tecnológica, para avaliar o risco para

o Ambiente. O Senhor Primeiro-Ministro disse-me que aceitará as recomendações desta entidade independente.

Aceito as explicações e garantias do Senhor Primeiro-Ministro de que o Governo irá agir com grande rigor e com grande transparência no processo de execução da obra. O Senhor Primeiro-Ministro disse-me que não hesitará em tomar as medidas necessárias para defender os interesses do povo, caso não os compromissos assumidos no contrato não sejam cumpridos.

Chamo também a atenção para o facto de estarmos já em meados de Março e de esta obra não ter sido ainda iniciada, apesar da urgência que ela requer e do compromisso do governo de a ter pronta e a funcionar para os distritos até ao fim do ano.

CONCERTAÇÃO E CONSENSO SOBRE GRANDES PROJECTOS DE INTERESSE NACIONAL

Depois de vários encontros que tive com o Governo e com a liderança da FRETILIN, o partido mais votado, constatámos que será muito útil a criação de um mecanismo institucionalizado para analisar e debater as grandes questões do desenvolvimento nacional.

Para além do debate parlamentar, é desejável a consulta e a participação mais alargadas nos grandes debates nacionais, como os dois assuntos que referi, a gestão do Fundo de Petróleo e projectos de investimento em grandes infra-estruturas nacionais.

Essa consulta e participação deverá ser assegurada através de um mecanismo formal de concertação dos órgãos democraticamente eleitos, que têm a legitimidade e a responsabilidade de decidir, com a oposição e a sociedade civil. Esse mecanismo deverá envolver personalidades com provas dadas ao serviço do país e por isso publicamente prestigiadas e respeitadas.

Este mecanismo deverá ter competência para analisar projectos de grande envergadura, questões relativas à gestão do fundo do petróleo, e outras questões importantes, como a Reforma do Sector da Segurança, a Reforma da Administração Pública, a Reforma da Justiça, e outras em que seja importante assegurar um consenso nacional alargado e contribuir para a transparência e o rigor dos actos do Estado.

Neste sentido, PEÇO ATENÇÃO PARA A URGÊNCIA DE CRIAR ESTE MECANISMO.

POLÍTICAS PARA OS POBRES

Tenho de voltar a falar da POBREZA e da necessidade de haver um grande consenso sobre o assunto: a redução da Pobreza é uma causa nacional. Por isso, no ano de 2009 e para o futuro temos de trabalhar todos para realizar este grande objectivo.

Se a taxa de crescimento da população de Timor-Leste se mantiver como actualmente, a população do país vai dobrar em 17 anos.

Para reduzir o número de pessoas que vivem em situação de pobreza extrema é necessário alocar entre 80 a 90 Milhões de dólares para políticas de apoio aos rendimentos. Com este montante será possível reduzir a pobreza em 3% ao ano.

Entretanto,

- A política de dar uma refeição quente por dia a cada criança na escola deve ser uma prioridade nacional. O Governo orçamentou este ano 1 milhão e 500 mil dólares para este programa. É uma medida fundamental para o crescimento mais saudável das nossas crianças e jovens;
- A alfabetização de adultos é uma dívida que a nossa geração tem para aqueles que, por qualquer razão, não puderam aprender a ler e escrever. O Ministério da Educação tem dois programas de Alfabetização de Adultos que vão beneficiar uns 15.000 alunos: são

programas fundamentais e é necessário aprofundar este esforço. Agradeço reconhecido a experiência e o empenhamento que os técnicos cubanos e o governo da República de Cuba põem ao serviço do nosso desenvolvimento.

Aguardo com interesse que o Governo apresente o seu plano estratégico de Investimento que todos vamos ler com grande atenção. Desejo que, nessa altura, já tenha sido criado o **mecanismo de concertação nacional para debater as grandes questões de interesse nacional para o Desenvolvimento e que os seus membros possam contribuir para enriquecer aquele plano.**

Um dos objectivos do Orçamento do Estado para 2009 é a melhoria da qualidade de vida dos timorenses nos distritos. As transferências do Orçamento de Estado e a previsão de obras nos distritos são muito positivas para desenvolver as áreas rurais. Isto pode significar um crescimento económico de entre 5-7% nos distritos.

É necessário dar atenção à capacidade de execução orçamental, porque a capacidade de absorção nas áreas rurais é, por enquanto, muito fraca.

O Orçamento do Estado para 2009 deve contribuir para alterar e melhorar a situação num **corredor de pobreza**, que temos de transformar num **corredor de Desenvolvimento**: trata-se de um corredor que inclui os distritos mais pobres – de Aileu (com 70% de pobres), a Manufahi (87% de pobres), a Ainaro (com 80% de pobres) e Manatuto (com 73/74% de pobres). Estes distritos têm de ser mais apoiados, sem deixar de dar atenção ao combate à Pobreza em todos os outros distritos, também.

Temos de avançar no caminho da **desconcentração financeira** para os Distritos. Da mesma maneira que há pouco referi quanto às condições de trabalho das nossas forças, faz-me igualmente doer o coração ver como vivem e trabalham a maioria dos Administradores de Distrito e de Sub-Distrito.

O Governo deve mostrar que confia nesses seus agentes e que não os considera incompetentes nem corruptos e dar-lhes autonomia financeira e orçamento adequados. Temos de mostrar que não pensamos sempre o negativo sobre os outros.

Temos de dar aos outros uma oportunidade para acertarem, mesmo com o risco de falharem, e temos de confiar nos outros e permitir que assumam responsabilidades. O desenvolvimento da economia local nos Distritos só será possível se houver também uma transferência de meios do Estado para as autoridades nos Distritos.

O Governo deve estabelecer estratégias para garantir que o investimento em Desenvolvimento local é executado em benefício das comunidades locais.

E o governo tem de garantir capacidade para executar os investimentos orçamentados, caso contrário não conseguiremos chegar às taxas de crescimento de 5-7% estimadas como viáveis para os meios rurais.

É também importante contar com um sector privado envolvido e empenhado. Para isso, o sector privado deve ser estimulado.

A **política de transferências sociais** iniciada em 2008 com as pensões para os Combatentes da libertação nacional e familiares dos Mártires, o Subsídio de apoio a idosos e inválidos, e o Programa Bolsa-Mãe, **teve** um impacto directo no poder de compra de muitas famílias.

Em 2009, estão orçamentados para **transferências sociais** US\$96 milhões, que vão continuar a ter um impacto positivo na redução do número de pobres. Mas é importante medir esse impacto com objectividade e estudar meios de alargar o âmbito dos beneficiários.

Devem ser pensadas medidas para garantir que os mais vulneráveis, qualquer que seja o motivo, possam beneficiar destes programas. **Propostas como a criação de uma Renda Básica devem ser seriamente debatidas.**

É importante repetir o inquérito à Qualidade de Vida, realizado em 2007, para estudar os impactos das transferências entretanto realizadas e das transferências previstas no orçamento de 2009.

Mas as transferências têm de passar a ser mais sustentáveis. É tempo de pensar na criação de um fundo de pensões que permita capitalizar os rendimentos. O Estado tem sido generoso a melhorar os vencimentos dos funcionários públicos – que têm um emprego certo num país em que o desemprego é tão elevado. Agora é necessário e urgente que os funcionários contribuam para o seu próprio apoio social, já que os funcionários públicos também esperam que o Estado os ajude quando estão doentes ou na velhice, através de uma pensão.

As políticas de subsídio ao arroz permitiram que o povo continue a ter comida na mesa. Agora temos de pensar em estratégias de substituição – que apoiem a produção dos agricultores timorenses.

Só com políticas de apoio à produção local, se pode contribuir para fazer crescer a economia de forma sustentável. As estratégias de apoio à produção devem valorizar o papel da mulher na produção económica: existe um elevado número de mulheres chefes de família e o seu papel na agricultura tem de ser lembrado.

A promoção da igualdade deve ser geral e chegar a todos os sectores da vida social porque as experiências do desenvolvimento local em muitos países mostra que os programas que promovem a igualdade contribuem também para combater a pobreza.

Os programas de apoio aos rendimentos dos agricultores são muito importantes para uma maior justiça social. Recordo que um tema que gerou também controvérsia no debate do Orçamento de 2009 foi o aumento dos salários. Falou-se no risco de poderem geral uma espiral de inflação e aumentar as desigualdades, porque a inflação prejudica sempre mais as pessoas mais pobres.

A lei que definir os aumentos salariais deve ser bem ponderada. Deixo aqui um apelo, tanto ao Governo como à oposição: na discussão sobre um tema tão importante e complexo como este, terão de procurar uma plataforma prática de entendimento.

Sobre a Administração Pública, temos de afinar melhor as medidas de Reforma Administrativa iniciadas em 2008. O Governo tem de dar atenção à multiplicação de cargos de chefia nalguns ministérios e ao grande número de funcionários temporários em muitos departamentos.

JUSTIÇA

A Reforma da Justiça é uma das mais importantes para a consolidação do Estado. Não há Estado Democrático sem boa Justiça. A Justiça é uma área do maior interesse nacional onde, por isso, é muito importante construir um consenso o mais alargado possível sobre as questões centrais da Reforma.

Registo aqui a proposta deste Governo para a criação de uma Comissão contra a Corrupção, e a alocação de uma verba para a sua criação.

A criação desta comissão obriga a uma alteração das competências do Provedor de Direitos Humanos e de Justiça e pode implicar uma mudança grande do nosso sistema. Por isso, deve ser uma alteração a debater e a concertar com a oposição e com a sociedade civil.

Após a autorização que o Parlamento Nacional deu ao governo, este está a finalizar a preparação do primeiro Código Penal do país, que deverá ser aprovado em breve.

O Código Penal é uma das leis mais importantes de um país e fico satisfeito que o Timor-Leste vá ter em breve uma lei que consolida o nosso Direito soberano e independente.

Por isso, o governo deve ter a preocupação de adaptar à realidade da nossa Nação e da nossa cultura as novas regras que o novo Código Penal vai trazer. Fazer leis bem adaptadas à nossa realidade e à nossa cultura reforça o respeito dos cidadãos pela lei e consolida o nosso Estado de Direito.

Acredito que Timor-Leste tem vantagem se *aproveitar bem* os exemplos de outros países democráticos, para aperfeiçoar as nossas leis. Mas *para aproveitar bem*, tem de *se adaptar bem* as novas leis à sociedade de Timor-Leste. Sempre e em todas as áreas.

O nosso Estado dá prioridade ao valor fundamental do Direito à Vida, sobre os outros valores e direitos. Por isso, acredito que o governo leu com atenção a carta subscrita pelos nossos bispos, a qual reflecte valores universais da Igreja Católica. Quer dizer, a carta dos senhores bispos não representa a opinião da Igreja timorense, apenas, reflete a posição da Igreja Católica, em todo o Mundo.

Em questões tão complexas como o debate sobre a vida e a morte, a minha opção para *decidir bem* é aconselhar-me junto da Igreja Católica, depositária de séculos de experiência e sabedoria. A decisão de questões tão sensíveis e complexas não deve ser deixada apenas a governantes e políticos passageiros.

A doença prolongada do Presidente do Tribunal de Recurso entristece-me e coloca-nos a todos perante a fragilidade do nosso sistema de Justiça.

Os recursos humanos dos nossos Tribunais, da Procuradoria-Geral da República e da Defensoria Pública não são ainda suficientes para as nossas necessidades.

Temos de aumentar a formação de recursos humanos. Temos de aumentar o Centro de Formação Jurídica para responder bem à necessidade de formação de mais quadros, incluindo a formação para o Tribunal de Recurso e para os tribunais a criar: o Supremo Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas, Fiscal e Administrativo.

É necessário por em prática condições para viabilizar a regular actuação dos Juizes, dos Procuradores e dos Defensores Públicos nos distritos. Neste momento, já estão a ser construídas casas para Magistrados e Defensores nos distritos para ajudar a que eles possam fixar-se permanentemente fora de Díli. Esta é uma medida positiva mas é necessário acelerar o processo.

É importante que os Juizes, os Procuradores e os Defensores Internacionais estejam todos envolvidos na formação e no acompanhamento dos técnicos nacionais e que actuem sempre em conjunto com estes.

Mas temos também de olhar para os mecanismos de fiscalização. Os Serviços de Inspecção não estão a funcionar para premiar os melhores e responsabilizar os que não cumprem os deveres profissionais. Temos de fortalecer os mecanismos de fiscalização dentro de cada instituição.

Uma questão importante da nossa Justiça é o grande número de Casos Pendentes na Procuradoria-Geral da República. Existem actualmente perto de 3000 casos ali pendentes, embora não exista um sistema fiável para conhecer o número exacto. Assim, não se faz Justiça nenhuma. Temos de criar urgentemente mecanismos para resolver, de uma vez por todas, a acumulação de processos pendentes, dar continuidade aos inquéritos que o justifiquem, ou promover o seu arquivamento, nos termos da lei.

Senhoras e Senhores Deputados.

Excelências.

A qualidade do crescimento económico vai definir as condições de estabilidade do nosso país. O Orçamento do Estado tem de ser a base de uma estratégia nacional para a qualidade do crescimento económico e do crescimento do Emprego, para garantirmos em Timor-Leste a coesão social, um ambiente de paz social e a realização do bem comum.

O orçamento do Estado é uma alavanca para a melhoria dos desfavorecidos e devemos manifestar a nossa satisfação com isso.

Nesse sentido, o Presidente da República apela para que as leis necessárias para implementar projectos do Orçamento de Estado como a Alta Autoridade contra a Corrupção, o aumento de Salários da Função Pública e outros, reúnam um grande consenso. Isso será um importante contributo para a estabilidade nacional e a garantia de boas políticas.

A estabilidade da nossa Nação depende muito dos consensos que temos de construir nas questões de interesse nacional: o investimento nos grandes projectos de desenvolvimento, a forma de financiar tais investimentos, as Reformas do Sector da Segurança, da Administração Pública ou da Justiça.

A fiscalização do trabalho do Governo é uma competência do Parlamento Nacional que deve ser respeitada e incentivada porque reforça a democracia.

Sou optimista. Mas conheço bem os desafios que temos de enfrentar. O mundo vive uma crise mundial e temos de estar preparados para, também em Timor-Leste, a enfrentar com êxito. Para enfrentar esta crise temos de encontrar um entendimento nacional que abre o caminho para tomar as medidas necessárias para evitar os piores efeitos da crise.

Assim Deus nos Ajude e Ajude TIMOR-LESTE.